

Apresentação do Dossiê “Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação”

Vilma Aparecida de Souza¹
Universidade Federal de Uberlândia

Leonice Matilde Richter²
Universidade Federal de Uberlândia

Raquel Aparecida Souza³
Universidade Federal de Uberlândia

Prestes a completar 200 anos de sua independência nacional, o Brasil assiste, no atual momento político-econômico de ascensão de governos de extrema direita, o esgotamento de sua jovem democracia, a partir de uma racionalidade governante que une elementos do (neo)conservadorismo e do (neo)liberalismo. Apesar do estranhamento de tal combinação, para ambas as racionalidades os princípios democráticos e do Estado de Direito são prescindíveis.

Quanto aos princípios do conservadorismo moderno e do liberalismo, Dombrowski (2020) destaca que o primeiro surge na passagem do século XVIII para o XIX, como um movimento de crítica aos pressupostos teóricos filosóficos da Revolução Francesa, como uma ideologia que se opõe historicamente ao liberalismo. Considerados campos políticos oponentes, muitos questionamentos emergem diante da aliança ideológica, firmada no âmago da nova direita, entre neoliberalismo e neoconservadorismo, que lançou candidaturas com o *slogan* “liberal na economia, conservadora nos costumes”. Um possível ponto de apoio para essa aliança, apesar do antagonismo e das contradições entre as duas correntes de pensamento, “remete a uma vigorosa negação da democracia” (DOMBROWSKI, 2020, p. 233). Seria a negação da democracia, o que aproxima neoliberais e neoconservadores. Porém, é preciso ressaltar que o conteúdo da democracia a ser negado não se refere àquela concepção minimalista de democracia consagrada pela teoria schumpeteriana, que se reduz a somente

¹ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Polis, Políticas Educação e Cidadania – UFU. E-mail: vilmasouza@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776641740982053>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>.

² Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora associada de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leonice@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3257>.

³ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Docente da Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal, no curso de Pedagogia. E-mail: raquelas@ufu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208469507359517>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5906-0671>.

um método para a escolha de governantes, mas à negação do seu conteúdo substantivo que aponta para a igualdade e se opõe à liberdade: “tanto o liberalismo de Hayek quanto o conservadorismo de Burke entendem que toda política que encontra na igualdade uma referência moral é um atentado contra a liberdade” (p. 233).

A igualdade defendida pelo pensamento liberal vincula-se à relação de propriedade. A concepção de igualdade que se encontra latente no pensamento liberal é a igualdade formal que estabelece a equidade dos pontos de partida, mas não dos pontos de chegada. Com isso, o individualismo e a competitividade tornam-se os conceitos máximos da esfera social e, de acordo com essa lógica, o direito do cidadão é o direito à igualdade de oportunidade e o êxito e o fracasso individual são compreendidos como consequências das condições do próprio indivíduo. Em decorrência desta tese, as causas das desigualdades são associadas ao âmbito do indivíduo e atribuídas como uma questão de “sorte”, e não como reflexos das condições estruturais da sociedade capitalista.

No caso dos conservadores, a desigualdade também é compreendida como uma consequência natural do processo de interações sociais, não podendo ser “corrigida” pela intervenção estatal, posição que aproxima essas duas correntes de pensamento. Assim, “para o neoliberalismo, a desigualdade não só é um dado natural, como é desejável em um mundo regido pela concorrência”; na mesma direção, “para os neoconservadores, igualmente, não só os indivíduos são naturalmente diferenciados como podem ser complementares em suas desigualdades” (QUINTELA, 2020, p. 18).

Compreender tal cenário exige a percepção do modelo neoliberal de Estado como um projeto político conduzido por uma “racionalidade dominante, não deixando da democracia liberal nada além de um envelope vazio, condenada a sobreviver na forma degradada de uma retórica ora comemorativa, ora marcial” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 384). Além disso, diante das transformações ocorridas tanto no campo político quanto no econômico, a concepção hegemônica de democracia, que incorpora o ideário liberal, vem associar-se às demandas da estrutura de reprodução do capitalismo, não passando de um conceito vazio de conteúdo político e de um “simulacro democrático” (BÓRON, 1999). Na lógica do neoliberalismo, tendo como motor central os mercados, os “votos” que decidem advêm dos segmentos mais concentrados do capital, ficando o resto da população alijada de todo o processo. Assim, a democracia exercida no capitalismo não passa de uma “periódica teatralização da cena eleitoral”, marcada por uma ausência da soberania popular. Esse esvaziamento colabora com a diminuição das garantias de direitos sociais, tendo como justificativa um “discurso de redução de gastos públicos [...], sob o comando de uma visão de

mundo liberal-conservadora [...], como também anacrônica e reducionista em termos do peso e papel do Estado” (CARDOSO JÚNIOR, 2019, p. 166).

Miranda (2020) destaca que esse momento político-econômico do Brasil, onde movimentos neoconservadores se inserem nesse cenário neoliberal, precisa ser compreendido como parte do processo de reestruturação do capital. Nessa combinação, o neoliberalismo assume uma versão mais autoritária, a partir de inéditas articulações e expedientes, tendo como foco as demandas do processo de acumulação. Para a autora

o avanço da extrema direita - que chega ao poder em vários países, inclusive nos Estados Unidos [...] e em nosso país - não seria um processo externo ao neoliberalismo, mas um processo que lhe é inerente. [...] Essa questão se singulariza no contexto brasileiro desde o golpe de Estado de 2016 [...] quando teve início uma nova etapa neoliberal, dessa feita com características autoritárias, resultado de uma composição entre as elites neoliberais (em especial, o setor financeiro), os militares e os conservadores religiosos, com o apoio decisivo dos meios de comunicação de massa, dos poderes judiciário e legislativo, de parte da classe média (MIRANDA, 2020, p. 694)

Essa configuração do Estado fiel ao modelo neoliberal combate qualquer ação estatal, em especial no âmbito das políticas sociais. Para a ideologia neoliberal, as políticas sociais do Estado elevam seus gastos e, como resultado, provoca um aumento da pressão fiscal sobre os setores detentores do capital, que não são beneficiados diretamente com estas políticas.

O neoliberalismo tem como meta ampliar o raio de atuação da lógica do mercado em todas as relações sociais. Consequentemente, as políticas sociais de caráter neoliberal apresentam-se como mecanismos de subsunção da esfera estatal à lógica do mercado, provocando uma mercantilização dos direitos sociais, uma estratégia sutil do modelo neoliberal que supõe a aplicação de medidas para atenuar a fronteira público/privado, por meio de novas formas e combinações de financiamento, fornecimento e regulação dos direitos sociais.

No âmbito educacional, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que define um limite de investimentos públicos nos próximos vinte anos, evidencia um dos marcos da agenda neoliberal, dentre outros retrocessos, tais como: a Lei nº 13.415/2017 da reforma do ensino médio; a aprovação da Base Nacional Comum Curricular; o corte orçamentário das universidades públicas; a intensificação de processos de privatização da esfera pública, entre outros (DOURADO, 2019). Uma agenda de desmonte da educação pública!

Neste contexto, o Dossiê “**Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação**” tem como objetivo reunir manuscritos que abordem temas concernentes à “Gestão, democracia e qualidade na/da educação básica” e ao “Estado e o
Revista Educação e Políticas em Debate – v. 11, n. 2, p. 514-521, mai./ago. 2022

direito à educação básica de qualidade”. O dossiê foi organizado a partir de submissões espontâneas na Revista e por meio de convites aos (às) participantes do X Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente – Estado neoliberal e retrocessos democráticos, realizado no período de 21 a 23 de setembro de 2021.

O presente Dossiê nos brinda com uma entrevista, um ensaio e 15 artigos que retratam temáticas que provocam indagações, críticas e proposições para uma resistência contínua ao ataque aos direitos sociais, contando com a participação expressiva de autores de diferentes regiões do país.

A entrevista foi realizada com Christian Laval e aborda o percurso de suas formulações até chegar a “outra história do neoliberalismo”, considerando sua dimensão estratégica e sua racionalidade política, a qual transversaliza governos, economia, sociedade e Estado e incidem sobre a produção de subjetividades e regulação das existências. Suas análises apresentam importantes aspectos para se compreender a ascensão de governos ultradireitista ao poder que, em vários países do globo, tem intensificado colapsos no Estado de direito e na construção da cidadania.

No ensaio “Por uma Pedagogia Crítica: confluências entre as teorizações de Peter McLaren e o pensamento freireano”, Peter McLaren apresenta importantes elementos de sua aproximação intelectual com a complexidade dialética e dialógica da obra de Paulo Freire, selada por uma sólida amizade. As narrativas do autor recuperam memórias de encontros com Freire e a importância da teoria freireana para fomentar políticas e práticas educacionais pautadas nas lutas contra-hegemônicas e no enfrentamento das atuais dinâmicas de poder ancoradas em políticas neoliberais e neoconservadoras.

O artigo, “*La Pandemia como posibilidad de precarización del trabajo y del empleo*”, de autoria de Tania Aillón Gómez, avalia as tensões do trabalho e do emprego durante a pandemia de Covid-19, diante do postulado de um desastre sanitário não apenas natural, mas também resultado de práticas humanas marcadas por determinadas relações sociais. Em suas análises discute as mudanças no emprego e no trabalho, durante a pandemia por Covid-19, como resultantes de relações laborais, que, no capitalismo, é uma relação mercantil, permeada por desigualdades de classe, de gênero e étnicas.

O artigo “*Mapeamento de Sistemas Privados de Ensino-SPE em municípios mato-grossenses, 2015-2019*”, de autoria de Theresa Maria de Freitas Adrião e Cristiane Santana de Arruda, apresenta um mapeamento da adoção dos Sistemas Privados de Ensino - SPEs em municípios mato-grossenses, caracterizando a presença desta forma de privatização do currículo nos municípios mato-grossenses.

No artigo “*Contextos de reforma curricular em Matemática da Educação Média no Paraguai*”, Marcelo de Oliveira Dias apresenta uma análise da recente Reforma Curricular em Matemática no Paraguai na Educação Média, a partir da abordagem do ciclo de políticas, formulada por Stephen J. Ball. O artigo evidencia que textos políticos que apresentaram as prescrições homologadas para a Educação Média no Paraguai são resultantes de tensões, disputas e acordos, marcados por perspectivas que visam atender às demandas do mundo globalizado no qual organismos políticos multilaterais impulsionam esses processos, visando, dentre outros, os rankings em avaliações.

Em “*Programa de acompanhamento de egressos de graduação em uma universidade pública: uma avaliação por ex-alunos*”, as autoras do artigo, Moyza Teixeira de Oliveira dos Santos e Lúcia Regina Goulart Vilarinho, problematizam o Programa Joia Rara (PROJOIA), que tem como foco o acompanhamento de egressos da graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. As análises apontam que programas como o PROJOIA necessitam promover maior integração dos cursos às necessidades do mundo do trabalho.

No artigo, intitulado “*A construção do currículo escolar ao horizonte da democracia e da justiça curricular*”, o autor Wesley Batista Araújo apresenta o processo de construção coletiva do currículo do município de Várzea Paulista-SP (2005-2012), a partir do recorte analítico sobre o processo de democratização entre os envolvidos, alicerçado na concepção de democracia de alta intensidade e sobre justiça curricular. As análises destacam que o processo de construção curricular, sustentada por um programa de formação profissional que reconheceu e valorizou os saberes em presença, contribuiu para o fortalecimento da participação dos sujeitos e constituiu-se num experimentalismo democrático.

Francisco Vieira da Silva e Edvânia Batista de Moraes são os autores do artigo do Dossiê, intitulado “*Agenda neoliberal, juventude e trabalho: uma análise discursiva de coleções didáticas do Novo Ensino Médio*”. O artigo apresenta uma análise das coleções didáticas do Novo Ensino Médio, aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), edição de 2021, considerando os impactos reformistas de matriz neoliberal sobre o trabalho e a educação para os jovens no Brasil. As análises problematizam a conexão entre o trabalho e o neoliberalismo estabelecida por meio de regularidades discursivas relativas às instabilidades do mundo do trabalho e à necessidade de engendrar condutas juvenis flexíveis, proativas e autônomas.

No artigo, “*Gestão democrática na ótica neoliberal: as ouvidorias nas IES*”, as autoras Hélen de Oliveira Soares Jardim e Dulce Mari da Silva Voss problematizam a implantação e atuação de ouvidorias de três IES do Rio Grande do Sul (Brasil) e as implicações na produção

de novos sentidos quanto ao princípio de gestão democrática da educação superior. As análises mostram que a implantação e atuação das ouvidorias modificaram o sentido de gestão democrática ao efetuar-se no contexto histórico político e social neoliberal, assumindo a conotação de controle social externo, diante da reconfiguração das relações entre as universidades e as comunidades atendidas.

O artigo, “*Cortes orçamentários na educação: uma ameaça à expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*”, de Ana Lúcia Silvestre, Fábio Geraldo de Ávila, Flávio Oliveira Santos e Camila Claudiano Quina Pereira, analisa os efeitos dos cortes orçamentários na educação para a expansão e a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, trazendo uma discussão acerca dos retrocessos que emergem a partir da agenda neoliberal implementada nos últimos anos. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental de dados secundários do orçamento público para as instituições que compõem a Rede Federal, além de notícias que tratam do assunto. Pôde-se constatar uma ruptura na consolidação das políticas para a educação profissional implementadas até então, e que os cortes realizados são motivos de preocupação, tendo em vista que o “produto” destas instituições será responsável pela continuidade da maquinaria social.

No artigo, “*A Bonificação em Minas Gerais e a Confluência com as Recomendações do Banco Mundial: repercussões no trabalho docente*”, os autores Mariane Gomes Pereira e Sérgio Paulo Moraes examinam as propostas do Banco Mundial (BM) para a docência e como Minas Gerais assimilou tais proposições no governo de Aécio Neves (2003-2010), implementando a bonificação a partir do critério do o mérito, o que não ocasionou a melhoria da qualidade da docência mas, sim, a responsabilização dos agentes da educação.

O artigo “*Fatores da qualidade do ensino superior e o desempenho no trabalho dos docentes universitário*”, de autoria de Rita Eliana Masaro e Alessandro Vinicius de Paula, apresenta um estudo que buscou compreender os fatores da qualidade do ensino superior, no campo da atividade do professor universitário. O estudo apontou que o fator que mais contribuiu para a qualidade do desempenho do professor universitário foi o sentimento de prazer do docente no desempenho do seu trabalho, a partir da identificação de quatro dimensões que contribuem com a qualidade do ensino universitário: conceito do ensino superior; comportamento do professor; desempenho e atualização do professor; e condições de trabalho.

O artigo, “*Currículos de referência para o ensino médio integrado no IFSP*”, de autoria de Marta Senghi Soares e Claudia Barcelos de Moura Abreu, apresenta elementos da construção

dos currículos de referência para os cursos de ensino médio integrado à educação profissional do Instituto Federal de Educação de São Paulo, como parte de um contexto marcado por disputas entre diferentes concepções de educação e de sociedade.

Ana Palmira Soares dos Santos, Camila Cunha Oliveira Giordani e Jacqueline Oliveira Lima, são autoras do artigo intitulado “*Novas diretrizes curriculares nacionais: necessidades individuais, sociais ou mercadológicas?*”, que aborda a configuração das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, publicadas por meio da Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021, com vistas a identificar os compromissos firmados, as rupturas e as continuidades em relação às políticas para a Educação Profissional implementadas especialmente a partir da publicação da Constituição Federal.

O artigo de autoria de Claudio Almir Dalbosco, Flávia Burdzinski de Souza e Márcio de Macedo, intitulado “*Consumo e produção sustentável na educação básica: reflexões entre a Agenda 2030 e a Base Nacional Comum Curricular*”, analisa a forma como as ideias de consumo e produção responsável são abordadas pela Base Nacional Comum Curricular, a partir da Agenda 2030.

O artigo “*A Teoria do Capital Humano e as políticas de correção de fluxo: um recorte educacional da Amazônia Rondoniense*”, de Juliana Cândido Matias e Josemir Almeida Barros, analisa a relação entre políticas de correção de fluxo e a Teoria do Capital Humano, a partir da distorção idade-série na região norte do Brasil. As análises apontam uma potencial influência entre a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz (1966) e as políticas educacionais de correção de fluxo implementadas no Brasil desde a década de 1970 na Amazônia rondoniense.

Por fim, o artigo “*A regulamentação do Ensino Domiciliar (homeschooling) no Brasil e a racionalidade neoliberal*”, de autoria de Talita Alcalá Vinagre e Silvana Maria Corrêa Tótor, discute os efeitos ético-políticos do discurso presente nos Projetos de Lei que preveem a regulamentação do Ensino Domiciliar no Brasil e sua relação com a flexibilização da escolarização pública, a partir de um ajustamento à racionalidade neoliberal.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Referências:

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 151-170.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. *Revista Katálysis* [online]. 2020, v. 23, n. 02 [Acessado 28 Março 2022], pp. 223-234. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p223>. Epub 01 Jul 2020. ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p223>.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e0224639, 2019.

MIRANDA, Marília Gouvea de. Em Que Se Sustenta a educação Dos Terraplanistas E Criacionistas?. *Retratos da Escola* 14, no. 30 (janeiro 20, 2021): 688–699. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1210>. Acessado março 7, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1210>.

QUINTELA, Débora Françolin. *A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da "família"*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-25.